

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	63
10.8 - Plano de Negócios	64
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1**

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais riscos de mercado que a Alpargatas está sujeita no curso normal de seus negócios são relativos a câmbio, juros, preço de *commodities* (borracha e algodão) e crédito:

- **Câmbio:** O risco cambial da Alpargatas é proveniente da flutuação da taxa de câmbio em virtude das contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras. São estudados os níveis de exposição vinculados a esse risco e consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a exposição cambial da Alpargatas, desconsiderando-se as controladas no exterior, somava R\$ 62.259 mil conforme detalhado a seguir:

R\$ mil	31/12/2012
Ativo	
Contas a receber de clientes (i)	123.452
	123.452
Passivo	
Empréstimos e financiamentos (ii)	164.571
Fornecedores	160.859
Royalties a pagar	17.735
	343.165
Exposição líquida	(219.714)
(-) Controladas no exterior	157.455
Total da exposição sem controladas no exterior	(62.259)

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas. Por esse motivo, entendemos que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais identificada no quadro acima, em 31 de dezembro de 2012, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é a seguinte:

	Perda – R\$ mil	
	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aumento do dólar norte-americano	15.565	31.130

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0435 por US\$ 1,00 o cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano e o cenário remoto uma desvalorização de 50%. Os resultados, à luz das paridades consideradas, seriam perdas de R\$15.565 mil no cenário possível e de R\$31.130 mil no cenário remoto.

- **Juros:** Refere-se, em sua maioria, ao risco da exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras uma vez que, do saldo de empréstimos e financiamentos em 31/12/2012, 99% são mantidos a taxas de juros prefixadas. Em nossa análise de sensibilidade, se a taxa do CDI variar 3 pontos percentuais/ano para cima ou para baixo, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$ 18.822 mil.
- **Commodities:** O risco de mercado proveniente das *commodities* está relacionado à compra de matérias-primas para a fabricação dos produtos vendidos pela Companhia. As principais matérias-primas *commodities* utilizadas pela Alpargatas são a borracha e o algodão. Em nossa análise de sensibilidade, ocorrendo um aumento de 10% no custo médio em reais da borracha, a margem EBITDA consolidada da Cia. poderá reduzir-se em 0,7 ponto percentual. O mesmo aumento no custo do algodão poderá provocar uma redução de 0,1 ponto percentual na margem EBITDA consolidada. Uma forma de mitigar o risco de variação no preço da borracha é via aumento de preços dos produtos fabricados pela Cia.
- **Crédito:** Está relacionado a possíveis perdas com o não recebimento dos valores devidos na aquisição de produtos pelos nossos clientes. Nosso risco de crédito é reduzido: (i) em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e (ii) do rígido processo de concessão. Em 2012, nosso maior cliente representou 6% da receita líquida consolidada do ano. Dessa forma, caso houvesse uma inadimplência total desse cliente, o impacto na geração de caixa não seria de grandes proporções. O processo interno de concessão de crédito aos clientes é muito rigoroso, conta com informações obtidas em fontes externas, como a Serasa Experian, e são conferidos pela auditoria interna quanto aos critérios, metodologias de análise e níveis de alçada. Esse processo tem assegurado baixo percentual de perdas efetivas nas contas a receber que, em 2012, representou somente 0,07% da nossa receita líquida gerada no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2.**

Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: (a) riscos para os quais se busca proteção; (b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*); (c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*); (d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; (e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos; (f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; (g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

- (a) **Riscos para os quais se busca proteção:** O Conselho de Administração aprovou, em 7/12/2012, uma Política de Gestão de Risco Cambial que visa à proteção específica para esse risco. Para os riscos de crédito, juros e *commodities*, não há Políticas aprovadas e a Alpargatas não busca proteção via instrumentos de *hedge*. Todavia, o risco de crédito é minimizado pela pulverização da carteira de clientes e pelo rígido processo de concessão. O risco de oscilações nas taxas de juros das aplicações financeiras é minimizado pelo investimento em produtos financeiros que acompanham a variação da taxa do CDI. Quanto à *commodity* borracha, não há instrumentos de *hedge* disponíveis no mercado. Dessa forma, a Companhia toma medidas preventivas por meio da negociação de preços, taxas e prazos diretamente com os fornecedores.
- (b) **Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):** A estratégia definida na nova Política de Gestão de Risco Cambial tem como objetivo estabelecer diretrizes e limites que norteiem o desenvolvimento de mecanismos e disciplina para monitoramento do risco cambial e execução das operações (*hedge*) objetivando a manutenção dos fluxos de caixa nos níveis projetados.
- (c) **Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):** Em 2011 e 2012 não foram utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de *hedge*. De acordo com a nova Política de Gestão de Risco Cambial os instrumentos de derivativos possíveis de serem utilizados visando minimizar o risco cambial são: (i) contrato a termo de moeda (NDF – Non Deliverable Forward); (ii) contratos de SWAP (BM&FBOVESPA e Cetip) e (iii) compra e venda de opções de compra (Call) e venda (Put) de moeda, sem alavancagem.
- (d) **Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:** a nova Política de Gestão de Risco Cambial define faixas de proteção para o fluxo de caixa descasado, ou seja, são considerados os valores líquidos respeitando as entradas e saídas no fluxo de caixa em moeda estrangeira.
- (e) **Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:** Conforme mencionado no item (c) em 2011 e 2012 não foram utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de *hedge*.
- (f) **Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:** A Governança definida na nova Política de Gestão de Risco Cambial prevê atribuições a três órgãos da Administração da Companhia:
- Ao Conselho de Administração compete:
- Avaliar e aprovar a Política de Gestão de Risco Cambial;
 - Aprovar os limites para a gestão do risco cambial;
 - Aprovar qualquer alteração na Política de Gestão de Risco Cambial;
 - Aprovar novos instrumentos (operações) que não façam parte da lista de instrumentos elegíveis descritos na Política de Gestão de Risco Cambial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

À Diretoria compete:

- Patrocinar as ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos;
- Avaliar sugestões para aprimoramento na Política de Gestão de Risco Cambial;
- Aprovar “desenquadramentos” aos limites estipulados pela Política de Gestão de Risco Cambial devido a alterações nas projeções dos fluxos operacionais e financeiros;
- Encaminhar a Política de Gestão de Risco Cambial, bem como propor ajustes, à deliberações do Conselho de Administração.
- Aprovar os planos de ação definidos para o alinhamento dos riscos aos limites definidos.
- Aprovar todos os conceitos e metodologias aplicadas na Gestão de Riscos Financeiros da Empresa.

Ao Comitê de Gestão de Risco Cambial compete:

- Elaborar propostas para limites locais e sugestões para aprimoramentos da Política de Gestão de Risco Cambial;
- Formalizar todos os conceitos e metodologias aplicados na Gestão de Risco Cambial;
- Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado e encaminhamento à Diretoria em caso de divergências;
- Planejar e verificar o impacto das decisões implementadas nas posições da Empresa;
- Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Empresa e do cumprimento da Política de Gestão de Risco Cambial;
- Avaliar e aprovar as alternativas (operações) de *hedge* em conformidade com a Política estabelecida;
- Acompanhar o desempenho das operações de *hedge* através de relatórios;
- Aprovar a descontinuidade das operações financeiras utilizadas nas operações de *hedge*;
- Certificar-se de que as operações de *hedge* são realizadas em conformidade com os custos e outros parâmetros de mercado;
- Avaliar cenários de estresse a serem aplicados nas operações contratadas, Fluxo de Caixa, EBITDA e endividamento da Empresa;
- Propor acerca das mudanças e alterações na Política de Gestão de Risco Cambial a ser submetida à Diretoria;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos na Empresa.

- (g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:** O Comitê de Gestão de Risco Cambial reunir-se-á mensalmente. Quando necessário haverá reuniões extraordinárias. O Comitê será composto pelos seguintes membros:

Membros Signatários:

1. Diretor Financeiro;
2. Diretor de *Supply Chain*;
4. Gerente de Estratégia Financeira;
5. Gerente de Administração Financeira;
6. *Controller*;

Membros Ouvintes:

1. Gerentes de Planejamento e de Controle;
2. Consultor externo de risco;
3. Convidados

Com periodicidade mensal, o Comitê de Gestão de Risco Cambial poderá contar, a seu critério, com a colaboração de um consultor externo independente para acompanhamento da execução e controle da Política através do assessoramento em:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Apresentar o enquadramento aos limites estipulados pela Política de Gestão de Risco Cambial;
- Apresentar os valores calculados para as variáveis de controle a serem definidas;
- Participar das discussões sobre as posições a serem tomadas;
- Sugerir operações para a tomada de posições, quando aplicável;
- Gerar relatórios de acompanhamento e de controle;
- Sugerir planos de reenquadramento aos limites.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3.**

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

A forte desvalorização do real ante o dólar, ocorrida em 2012, tornou o risco cambial maior. Desta forma, comparando-se a análise de sensibilidade de exposição cambial das contas a receber e das obrigações financeiras de 2012 com a de 2011, temos as seguintes diferenças:

	Perda – R\$ mil		Perda – R\$ mil	
	2012		2011	
	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aumento do dólar norte-americano	15.565	31.130	4.698	9.396

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes a respeito dos riscos de mercado que não estejam descritos acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1.**

A Administração deve comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas apresenta sólida situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, bem como honrar seus compromissos de curto e longo prazo, pois possui forte e consistente geração de caixa.

Indicadores Financeiros	2012	2011	2010
<u><i>Índices de Liquidez</i></u>			
Liquidez corrente	2,4	2,4	2,4
Liquidez geral	1,8	1,9	1,8
Liquidez imediata	0,8	1,0	1,1
<u><i>Índices de endividamento</i></u>			
Índice de endividamento	39,4%	38,1%	39,4%
Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total	70,0%	72,3%	69,0%
<u><i>Índices de rentabilidade</i></u>			
Margem bruta	42,3%	44,8%	45,6%
Margem ebitda	13,8%	15,7%	18,0%
Margem líquida	9,3%	11,9%	13,7%
Retorno sobre Patrimônio Líquido	17,8%	21,7%	24,7%
Retorno sobre ativo	10,9%	13,3%	15,0%

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate, (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2012, a posição financeira líquida foi positiva de R\$318,1 milhões e o patrimônio líquido acumulou R\$1.660,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição financeira líquida foi positiva de R\$ 435,1 milhões e o patrimônio líquido acumulou R\$1.1489,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, a posição financeira líquida foi positiva de R\$ 358,7 milhões e o patrimônio líquido acumulou R\$1.348,1 milhões.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não temos em curto prazo qualquer previsão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ milhões	2012	2011	2010
Empréstimos de curto prazo	(188,4)	(180,1)	(226,4)
Empréstimos de longo prazo	(110,4)	(55,8)	(69,6)
Total de empréstimos	(298,8)	(235,9)	(296,0)
(-) Caixa	616,9	671,0	654,7
(=) Posição financeira líquida	318,1	435,1	358,7
Patrimônio líquido	1.660,9	1.489,9	1.348,1
Participação de capital de terceiros	65,0%	61,6%	65,0%
Participação de capital próprio	35,0%	38,4%	35,0%

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medida utilizada pela Administração para mensurar o desempenho operacional e a geração de caixa da Alpargatas, acumulou os seguintes valores e margens de 2010 a 2012:

R\$ milhões	2012	2011	2010 ^(a)
LAJIDA	413,7	404,5	400,3
Margem Lajida	13,8%	15,7%	18,0%
Índice de cobertura da desp.financeira (nº vezes)	8	8	9

(a) LAJIDA das operações continuadas (sem Locomotiva)

Em 2012, o Lajida acumulou R\$ 413,7 milhões, apresentando índice de cobertura de 8 vezes o resultado financeiro (exceto variação cambial). A posição financeira líquida da Companhia foi positiva em R\$ 318,1 milhões, composta de R\$ 616,9 milhões de Caixa, deduzidos de R\$ (298,8) milhões de Empréstimos e Financiamentos. Considerando o nível de endividamento, e a forte geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

Em 2011, o Lajida acumulou R\$ 404,5 milhões, apresentando índice de cobertura de 8 vezes o resultado financeiro (exceto variação cambial). A posição financeira líquida da Companhia foi positiva em R\$ 435,1 milhões, composta de R\$ 671,0 milhões de Caixa, deduzidos de R\$ (235,9) milhões de Empréstimos e Financiamentos.

Em 2010, o Lajida acumulou R\$ 400,3 milhões, apresentando índice de cobertura de 9 vezes o resultado financeiro (exceto variação cambial). A posição financeira líquida da Companhia foi positiva em R\$ 358,7 milhões, composta de R\$ 654,7 milhões de Caixa, deduzidos de R\$ (296,0) milhões de Empréstimos e Financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Em 2010, a principal fonte de financiamento para o capital de giro no Brasil foi a geração operacional de caixa e recursos da linha do BNDES-EXIM no valor de R\$ 110,5 milhões, liberada em outubro de 2010. Para o financiamento do capital de giro das empresas no exterior, foram renovadas linhas já existentes e captadas novas linhas com bancos de relacionamento.

Em 2011, a principal fonte de financiamento para o capital de giro foi a geração operacional de caixa, a linha do BNDES-EXIM no valor de R\$ 110,5 milhões, além da cessão de crédito realizada com o Santander, com valor total de operações ao longo do ano de R\$ 83,7 milhões. Em relação às empresas off-shore, foram renovadas as linhas existentes e captadas novas linhas com os bancos de relacionamento. Para financiar os investimentos em imobilizado foi utilizada a linha de Finame do BNDES.

Em 2012 a principal fonte de financiamento para o capital de giro no Brasil foi a geração operacional de caixa, a linha do BNDES-EXIM Pré-Embarque no valor de R\$ 30 milhões, além da cessão de crédito realizada com o Santander, com valor tal de operações ao longo do ano de R\$ 122 milhões. Em relação às empresas off-shore, algumas linhas existentes foram renovadas e outras reduzidas por conta de capitalização pela matriz.. Para financiar os investimentos em imobilizado foi utilizada a linha de Finame do BNDES e do BNB, embora este último somente o contrato foi assinado em 2012 e as liberações de recursos programadas para 2013.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento por deficiência de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre dívidas e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/10 (R\$ milhões)
EM REAIS			
Exim - BNDES		Juros fixos de 7% aa	110,9
FNE (BNB)		Juros de 8,42% aa	71,5
FINAME		TJLP e fixo: 5,81% aa	4,0
FINEM - BNDES		Cesta de moedas e TJPL: 8,99%aa	12,6
BNDES Automático CBS		TJLP + juros de 2,8% aa e var. US\$ + juros de 2,3% aa	0,9
Cessão de Crédito		Juros de 12,28% aa (média)	20,9
TOTAL EM REAIS			220,8
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
Working capital EUA	US\$	Juros de 1,71% aa	57,0
Working capital Europa/APS	US\$/€	Juros de 2,42% aa	15,6
Working capital Chile	CLP	Juros de 6,20% aa	1,0
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 24,09% aa	0,5
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 10,83% aa	1,1
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			75,2
TOTAL GERAL			296,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/11 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)		Juros de 8,42% aa	57,4
FINAME		TJLP e fixo: 6,53% aa	8,3
FINEM - BNDES		Cesta de moedas e TJPL: 8,52%aa	8,2
BNDES Automático CBS		TJLP + juros de 2,8% aa e var. US\$ + juros de 2,3% aa	0,4
Cessão de Crédito		Juros de 11,95% aa (média)	43,0
TOTAL EM REAIS			117,3
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
FINIMP – Financiamento de Importação	US\$	Juros de 2,77%	4,8
Working capital EUA	US\$	Juros de 1,85% aa	82,6
Working capital Europa/APS	US\$/€	Juros de 3,69% aa	17,1
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 22,69% aa	0,2
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 16,91% aa	13,8
ACC/Pré pagamento CBS	US\$		0,1
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			118,6
TOTAL GERAL			235,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/12 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)		Juros de 7,92% aa	43,4
FINAME		TJLP e fixo: 6,56% aa	6,9
FINEM - BNDES		Cesta de moedas e TJPL: 8,04%aa	3,8
EXIM – BNDES		Juros de 8,00% aa	30,5
Cessão de Crédito		Juros de 7,62% aa (média)	49,6
TOTAL EM REAIS			134,2
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
Working capital EUA	US\$	Juros de 1,81% aa	73,5
Working capital Europa/APS	€	Juros de 2,40% aa	18,1
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 19,45% aa	0,1
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 18,21% aa	72,9
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			164,6
TOTAL GERAL			298,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 296,0 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2010:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/10	% s/total
CURTO PRAZO	226,4	76,5%
2011	226,4	76,5%
LONGO PRAZO	69,6	23,5%
2012	19,8	6,7%
2013	18,5	6,2%
2014	14,5	4,9%
2015	14,5	4,9%
2016	1,7	0,6%
2017	0,5	0,2%
2018	0,1	-
TOTAL	296,0	100,0%

Da dívida de curto prazo R\$ 226,4 milhões, R\$ 151,3 milhões (67%) são em moeda nacional, e o valor mais representativo (R\$ 110,9 milhões) refere-se a linha de financiamento do BNDES-EXIM com vencimento em dezembro de 2011. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 75,1 milhões (33%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 235,9 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2011:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/11	% s/total
CURTO PRAZO	180,1	76,3%
2012	180,1	76,3%
LONGO PRAZO	55,8	23,7%
2013	21,3	9,0%
2014	15,3	6,5%
2015	15,3	6,5%
2016	2,4	1,1%
2017	1,2	0,5%
2018	0,3	0,1%
TOTAL	235,9	100,0%

Da dívida de curto prazo R\$ 180,1 milhões, R\$ 63,4 milhões (35%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira, no valor de R\$ 116,7 milhões (65%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior e importações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 298,8 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2012:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/12	% s/total
CURTO PRAZO	188,4	63,1%
2013	188,4	63,1%
LONGO PRAZO	110,4	36,9%
2014	86,9	29,1%
2014	19,5	6,5%
2016	2,5	0,8%
2017	1,2	0,4%
2018	0,3	0,1%
TOTAL	298,8	100,0%

Da dívida de curto prazo R\$ 188,4 milhões, R\$ 69,6 milhões (35%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira, no valor de R\$ 118,8 milhões (65%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

i - contratos de empréstimo e financiamento relevantes**FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**

Em 23 de fevereiro de 2006 a Alpargatas assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no valor de R\$ 112,0 milhões, destinado a apoiar a ampliação da produção de Havaianas na fábrica de Campina Grande - PB e reestruturação da produção de calçados em Santa Rita - PB. As liberações das parcelas foram vinculadas ao cronograma de investimentos e ocorreram em 4 parcelas no período de setembro de 2006 a outubro de 2008, nos valores de R\$ 50,6 milhões, R\$ 33,6 milhões, R\$ 24,3 milhões e R\$ 3,4 milhões. A amortização será em 96 parcelas mensais, sendo que a primeira ocorreu em 23 de fevereiro de 2008 e a última ocorrerá em 23 de janeiro de 2016. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Bradesco com cobertura de 100% (principal e encargos) a um custo anual de 0,5% sobre o valor da dívida contratada.

Em 26 de dezembro de 2012 a Alpargatas assinou novo contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no valor de R\$ 139,5 milhões, destinado a apoiar a construção da fábrica de havaianas em Montes Claros – MG. As liberações das parcelas são vinculadas ao cronograma de investimentos e ocorrerão a partir de janeiro de 2013. A amortização será em 96 parcelas mensais, sendo a primeira em 26 de janeiro de 2015 e a última em 26 de dezembro de 2022. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Banco Safra com cobertura de 100% (principal e encargos) a um custo anual de 0,5% sobre o valor da dívida contratada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINEM – BNDES

Em outubro de 2007 a Alpargatas assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contrato de financiamento de R\$ 22,7 milhões para suportar a implantação do sistema integrado de gestão. As liberações ocorreram em 4 parcelas entre dezembro de 2007 a setembro de 2008. A amortização será em 60 prestações mensais, sendo que a primeira ocorreu em 15 de novembro de 2008 e a última ocorrerá em 15 de outubro de 2013. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Bradesco com cobertura de 100% do contrato (principal e encargos) a um custo anual de 0,4% sobre o valor da dívida contratada.

CESSÃO DE CRÉDITO – BANCO SANTANDER

Em outubro de 2010 a Alpargatas assinou com o Banco Santander convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.

EXIM – BNDES

Em setembro de 2012 a Alpargatas recebeu o crédito de R\$ 30 milhões referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque, assinado com o Banco Alfa de Investimento. O financiamento será amortizado em 06 parcelas, com vencimentos entre maio a outubro de 2014.

FINIMP – BANCO ITAU-BBA

Em setembro de 2011 a Alpargatas assinou contratos de financiamento de importações (Finimp) junto ao Banco Itaú-BBA. O prazo das operações é de 180 dias.

CAPITAL DE GIRO (OFFSHORE LOAN)

As operações das subsidiárias nos Estados Unidos e na Europa são suportadas por linhas de capital de giro com prazos entre 180 e 360 dias. As linhas são negociadas no Brasil com bancos de relacionamento da companhia. Todos os empréstimos de capital de giro para as subsidiárias no exterior são suportados por aval da matriz e por notas promissórias.

Em abril de 2010, a subsidiária dos Estados Unidos aumentou o valor da linha de crédito do Citibank de US\$ 20 milhões para US\$ 31 milhões. Em 31 de dezembro de 2010 a mesma subsidiária possuía US\$ 17,2 milhões de linha de capital de giro com o Bradesco. Em 31 de dezembro de 2011 a subsidiária dos Estados Unidos continuou utilizando a linha de US\$ 31 milhões do Citibank, e substituiu o empréstimo do Bradesco de US\$ 17,2 milhões por outro de US\$ 13,2 milhões do Bank of America e de US\$ 4 milhões com o Banco Safra. Em dezembro de 2012 a subsidiária dos Estados Unidos reduziu a linha de US\$ 31 milhões do Citi para US\$ 14 milhões e em 31 de dezembro possuía outras linhas de capital de giro no valor de US\$ 22,2 milhões com o J.P. Morgan e de US\$ 4 milhões com o Bank of America.

Em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária da Europa possuía uma linha do Deutsche Bank no valor de EUR 3 milhões e um empréstimo de capital de giro com o Itaú-BBA no valor de EUR 7 milhões. sendo que este último foi transferido para a Alpargatas International ApS. Em 31 de dezembro de 2011 a linha do Deutsche Bank foi alterada para EUR 5,0 milhões e a linha do Itaú-BBA de EUR 7 milhões foi quitada e um novo empréstimo do mesmo valor foi contratado com o Bradesco. Em 31 de dezembro de 2012 a linha do Deutsche Bank foi mantida, a linha de capital de giro do Bradesco foi quitada e contratada um novo empréstimo de capital de giro, tendo como beneficiário a Alpargatas International ApS, com o Bank of America no valor de EUR 4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária do Chile possuía uma linha de crédito com o Itaú-BBA no valor de US\$ 2,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii - outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras**

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas possui fianças bancárias por tempo indeterminado, que suportam ações trabalhistas e tributárias. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	Instituição	2012	2011	2010
Trabalhista	Bradesco	1,3	1,0	0,4
Trabalhista	Itaú	-	0,4	0,4
Tributária	Bradesco	8,8	10,7	10,2
Tributária	Itaú	172,4	39,1	16,8
TOTAL		182,5	51,2	27,8

A variação de valor das fianças entre 2011 e 2012 se deve, principalmente, a contratação da fiança no valor de R\$ 123,7 milhões com o Banco Itaú, para garantir o processo de execução fiscal movido pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul referente a discussão de débitos de ICMS.

Em setembro de 2011 a Alpargatas contratou uma fiança com o Banco Itaú no valor de R\$ 8,1 milhões, com vencimento em setembro de 2012, para garantir o aluguel anual de sua nova Sede. Em setembro de 2012 foi contratada uma nova fiança com o mesmo banco, no valor de R\$ 11,4 milhões, para garantir o aluguel de sua nova Sede.

iii - grau de subordinação entre dívidas

Não existe subordinação entre dívidas. Todavia, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais dos 3 últimos exercícios sociais, tendo em vista a ordem de precedência em eventual concurso universal de credores, está assim classificada:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Subordinação de Dívidas	2012		2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>1º. Passivos trabalhistas</u>						
Salários e encargos sociais	109,5	-	98,9	-	88,0	-
Provisão para riscos trabalhistas	11,4	11,3	11,4	13,0	8,8	15,4
	120,9	11,3	110,3	13,0	96,8	15,4
<u>2º. Passivos com garantia real</u>						
Financiamentos	1,7	5,3	1,6	6,9	0,7	3,8
Obrigações renegociadas de controlada	0,7	15,3	0,7	16,1	0,7	15,5
	2,4	20,6	2,3	23,0	1,4	19,3
<u>3º. Passivos tributários</u>						
Impostos e contribuições a pagar	13,5	0,9	13,6	12,8	20,3	11,8
Tributo com exigibilidade suspensa	-	114,1	-	86,8	-	90,6
Provisão para riscos tributários	-	10,6	-	9,1	-	13,1
	13,5	125,6	13,6	108,7	20,3	115,5
<u>4º. Passivos quirografários</u>						
Fornecedores	359,1	-	297,2	-	212,8	-
Financiamentos	186,7	105,0	178,5	48,9	225,7	65,8
Obrigações renegociadas de controlada	11,0	45,5	14,1	47,4	12,7	47,9
Provisões e Outras Obrigações	60,2	16,4	47,5	13,0	34,8	7,9
	617,0	166,9	537,3	109,3	486,0	121,6
<u>5º. Passivos subordinados</u>						
Juros s/capital próprio e dividendos a pagar	1,7	-	0,8	-	0,5	-
T o t a l	755,5	324,4	664,3	254,0	605,0	271,8

iv - eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

O contrato do BNB está sujeito as “Disposições Gerais Aplicáveis aos Instrumentos de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil S.A.”, sendo que a Alpargatas deverá: (i) submeter à aprovação do BNB proposta de matérias concernentes à cisão, fusão ou incorporação, (ii) não promover inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social que importe em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNB. Os contratos com o BNDES estão sujeitos as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, as quais regulam desde as condições de utilização dos créditos, da realização do projeto, das formas de pagamento, das obrigações gerais da beneficiária, bem como do inadimplemento e das penalidades impostas no caso de não cumprimento das obrigações previstas, alteração do controle efetivo, direto ou indireto, sem prévia e expressa autorização do BNDES ou ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2010, a Alpargatas USA estava utilizando US\$ 17 milhões da linha de US\$ 31 milhões do Citibank. Em 31 de dezembro de 2011, a Alpargatas USA estava utilizando US\$ 17,8 milhões da linha de US\$ 31 milhões do Citibank. Em 31 de dezembro de 2012 a Alpargatas USA estava utilizando US\$ 9,8 milhões da linha de US\$ 14 milhões do Citibank. Em 31 de dezembro 2010 a Alpargatas Europe não estava utilizando US\$ 2,6 milhões da linha de crédito de EUR 3,0 milhões disponibilizada pelo Deutsche Bank . Em 31 de dezembro de 2011 a Alpargatas Europe não estava utilizando o limite de US\$ 5,0 milhões disponibilizado pelo Deutsche Bank. Em 31 de dezembro de 2012 a Alpargatas Europe estava utilizando EUR 2,7 milhões da linha de EUR 5 milhões disponibilizada pelo Deutsche Bank.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração de Resultado**

Em R\$ milhões

	12 M			Variação	
	2012	2011	2010	2012/2011	2011/2010
Vendas Brutas	3.577,8	3.016,3	2.615,4	18,6%	15,3%
Vendas Líquidas	3.007,0	2.574,7	2.231,9	16,8%	15,4%
Lucro Bruto	1.272,8	1.153,9	1.018,1	10,3%	13,3%
% Margem Bruta	42,3%	44,8%	45,6%	-2,5 p.p.	-0,8 p.p.
% Despesas com vendas e administrativas	29,9%	31,4%	29,6%	-1,5 p.p.	1,8 p.p.
Equivalência Patrimonial	(42,9)	(5,6)	(9,2)	665,4%	-39,1%
Lucro Operacional (antes do resultado financeiro)	291,8	311,8	324,2	-6,4%	-3,8%
Receita Financeira	61,8	80,8	49,9	-23,6%	61,9%
Despesas Financeiras	(55,1)	(51,2)	(43,3)	7,6%	18,3%
Variação Cambial	1,4	(0,6)	2,3	-332,0%	-125,8%
Imposto Renda / Contribuição Social	(19,3)	(31,8)	(26,0)	-39,2%	22,4%
Participação Minoritários	(0,6)	(1,6)	(4,1)	-66,4%	-59,8%
LUCRO LÍQUIDO (antes operação descontinuada)	280,0	307,4	303,1	-8,9%	1,4%
Operação descontinuada (Locomotiva)	-	-	3,2		
LUCRO LÍQUIDO	280,0	307,4	306,3	-8,9%	0,3%
LAJIDA	413,7	404,5	400,3	2,3%	1,0%
Margem LAJIDA	13,8%	15,7%	18,0%		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de vendas:

Em 2012, o volume total de vendas foi de 265,3 milhões de unidade de calçados, vestuário e acessórios, quantidade 6,3% superior à de 2011, em consequência dos aumentos dos volumes de sandálias no mercado interno (+7,8%) e no exterior (+8,6%) e do crescimento de 11,8% nas vendas de calçados esportivos no Brasil. Volume maior no Brasil e no exterior e a eficácia na administração da política comercial e na gestão das vendas proporcionaram bom desempenho em um ano de baixo crescimento da economia brasileira e dos países desenvolvidos.

Em 2011, o volume total de vendas foi de 249,6 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios, quantidade 2,3% superior à de 2010. Os destaques foram os aumentos anuais dos seguintes volumes:

- Havaianas e Dupé no Brasil: 2,4%, em decorrência da liderança do mercado de sandálias no País.
- Havaianas na Europa: 28%, em razão do maior conhecimento da marca e dos novos pontos de venda próprios e de terceiros.
- Mizuno: 48%, devido à liderança da marca no segmento *running performance* no Brasil.
- Timberland canal multimarcas: 37%, com a ampliação do portfólio de produtos, dos investimentos em comunicação e atuação mais próxima aos principais clientes.
- Varejo Havaianas, Timberland, Meggashop e e-commerce: 44%, em decorrência da abertura de 80 franquias de Havaianas e do crescimento das vendas eletrônicas.

Em 2010, o volume total de vendas foi de 244,0 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios, quantidade 11,5% superior à de 2009, com destaque para o aumento de 12,7% no volume consolidado de sandálias. O forte desempenho de vendas no mercado interno, decorrente do consumo mais aquecido e do sucesso das novas coleções, foi o principal vetor de crescimento do volume em 2010. Em 2009, comercializamos 218,5 milhões de pares de calçados, vestuário e acessórios. A liderança de nossas marcas, as inovações em sandálias e calçados esportivos apresentadas nas coleções e o maior número de pontos de vendas, no Brasil e exterior, mostraram-se importantes para impulsionar nossas vendas.

Volume de Vendas Consolidado (milhões de pares/peças)	2012	2011	2010
Sandálias	240,3	222,6	216,1
Calçados Esportivos (pares)	16,2	19,4	19,7
Vestuário e acessórios (peças)	8,9	7,6	8,2
Total	265,3	249,6	244,0

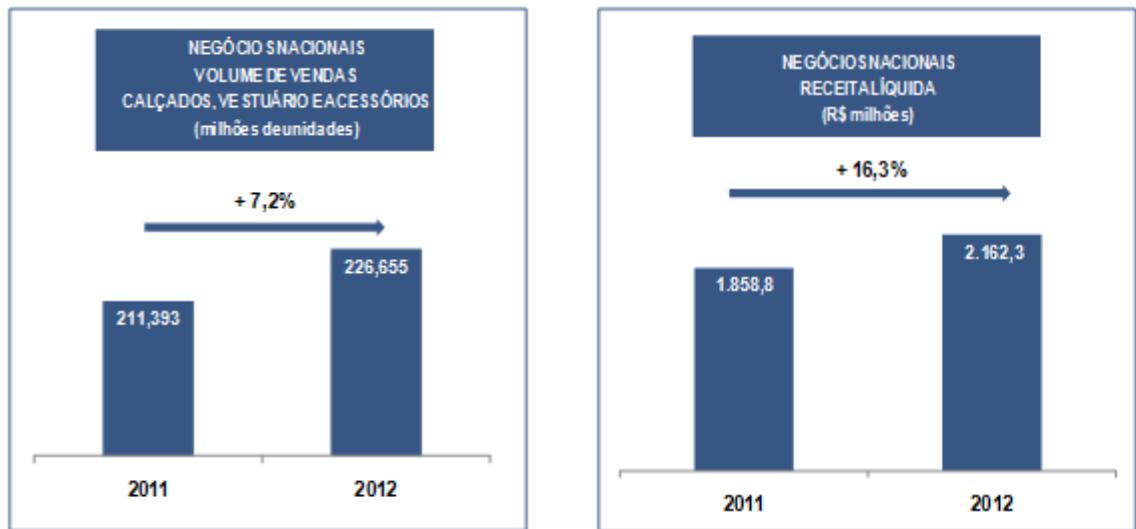
Receita Líquida Consolidada R\$ milhões	2012	2011	2010
Operações Nacionais	2.162,3	1.858,8	1.614,6
Operações Internacionais	844,7	715,9	617,3
Total	3.007,0	2.574,7	2.231,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

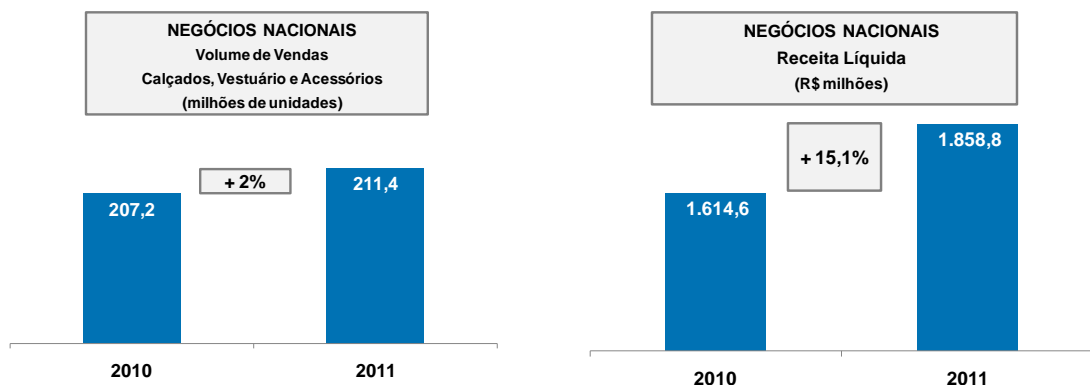
Operações Nacionais

A Alpargatas comercializou no ano 226,6 milhões de pares de sandálias e de calçados e peças de vestuário e de acessórios no Brasil, volume 7,2% superior ao de 2011. Contribuíram para o incremento do volume:

- Lançamento da coleção global 2012/2013 de sandálias Havaianas e Dupé;
- Expansão da licença *Disney*, o que permitiu estampar os personagens nas Havaianas vendidas em todos os países – medida antes restrita no Brasil;
- Lançamento de sandálias em conjunto com grandes redes varejistas, como C&A, Richards e Farm;
- Lançamento de novos modelos de calçados esportivos Topper, Mizuno e dos tênis Timberland;
- Abertura de novas franquias Havaianas e Timberland.



Em 2011, a Alpargatas comercializou 211,4 milhões de pares de sandálias e de calçados e peças de vestuário e de acessórios no Brasil, volume 2% superior ao de 2010. Contribuíram para o incremento do volume (i) o lançamento da coleção 2011/2012 de sandálias Havaianas e Dupé, (ii) os novos modelos de calçados esportivos Topper, Mizuno e dos tênis Timberland e (iii) a abertura de franquias Havaianas. Volume maior, combinado com a força das marcas e a eficácia na administração da política comercial e na gestão das vendas, que priorizaram a comercialização de produtos de maior valor agregado, fez a receita líquida das operações nacionais subir 15,1% em relação à de 2010, atingindo R\$ 1,9 bilhão.

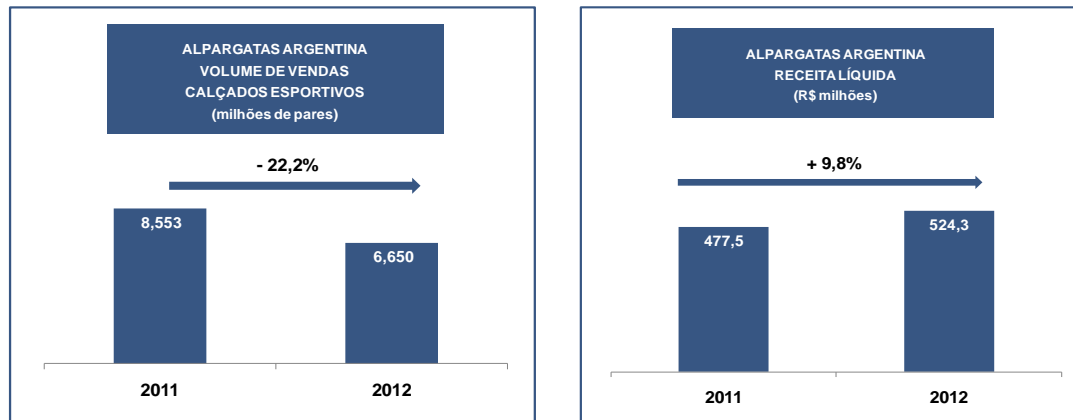


10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

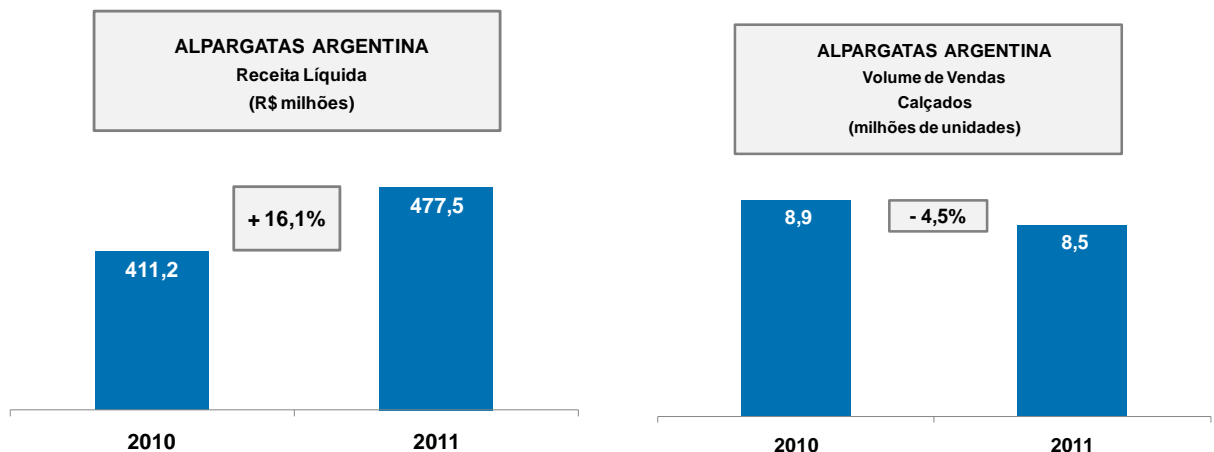
Operações Internacionais

Alpargatas Argentina

Em 2012, o volume de vendas de calçados somou 6,6 milhões de pares, redução de 22,2% em relação a 2011, e 1,6 milhão de peças de vestuário e acessórios, quantidade 5,2% inferior a de 2011. A redução das vendas é explicada pela demanda mais fraca em 2012, decorrente da situação econômica do país. No ano, a receita líquida acumulou R\$ 524,3 milhões, crescimento de 9,8% ante 2011, em razão do aumento de 32% na receita em pesos e da valorização de 5,7% do peso ante o real.



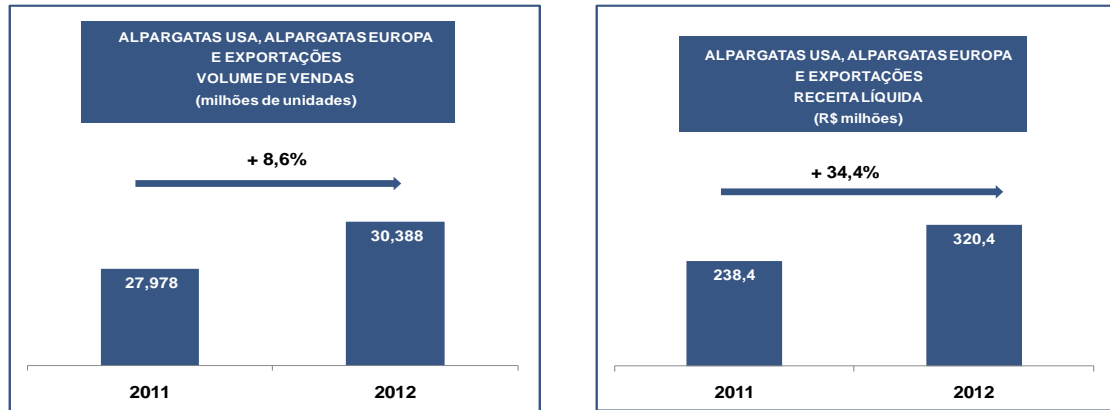
Em 2011, o volume de vendas de calçados somou 8,5 milhões de pares, redução de 4,5% em relação a 2010, e 1,7 milhão de peças de vestuário e acessórios, quantidade igual a do ano anterior. O volume menor é explicado por fatores conjunturais como a retração do mercado e as restrições a importação de produtos. Mesmo assim, a Topper encerrou 2011 com volume em linha com o de 2010. Houve a migração das vendas de calçados Topper do segmento casual para o *running* e o tênis, que possuem produtos de maior valor agregado. Esse fato contribuiu para o crescimento de 16,1% na receita líquida, que acumulou R\$ 477,5 milhões.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

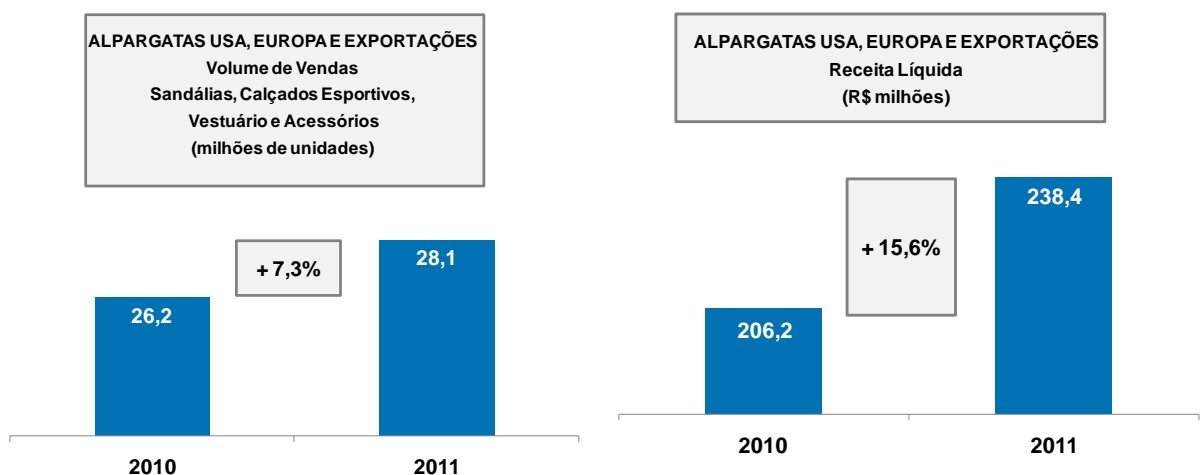
Alpargatas USA, Alpargatas Europa e Exportações

Em 2012, o volume de sandálias comercializado pela Alpargatas USA e Alpargatas Europa, somado ao exportado diretamente do Brasil, totalizou 30,4 milhões de unidades, crescimento de 8,6% em relação a 2011. A receita líquida acumulou R\$ 320,4 milhões, valor 34,4% maior que o do ano anterior, decorrente do maior volume, mix de vendas mais rico e dólar e euro mais fortes.



Na Europa e nos Estados Unidos, importantes regiões consumidoras, o desempenho da marca tem evoluído conforme o planejado. No continente europeu o volume de vendas foi 5,2% maior que o de 2011 e na América do Norte, 7,1% superior. Em 2012, novos mercados, em economias emergentes e com grande quantidade de consumidores, se juntaram aos mais de 80 países para os quais Havaianas é exportada, fato que provocou aumento de 9,7% no volume exportado, na comparação com 2011.

Em 2011, o volume de sandálias comercializado pela Alpargatas USA e Alpargatas Europa, somado ao exportado diretamente do Brasil, totalizou 28,1 milhões de unidades, crescimento de 7,3% em relação a 2010. A receita líquida acumulou R\$ 238,4 milhões, valor 15,6% maior que o do ano anterior, decorrente do incremento de volume e de 13,1% no preço médio, em dólar, das exportações.

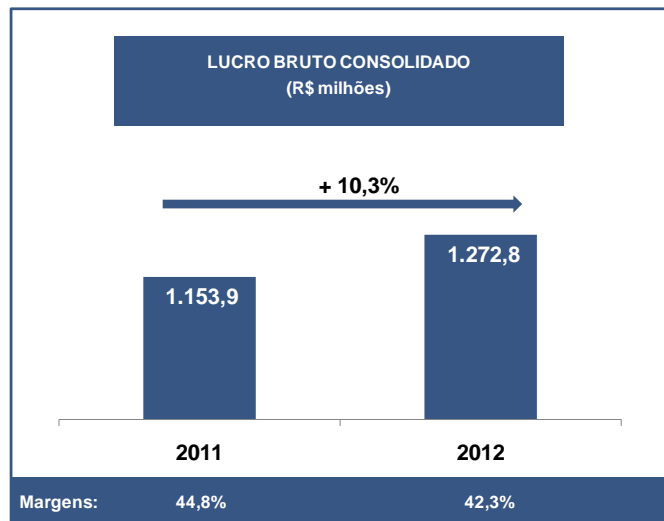


10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O crescimento de Havaianas na Europa foi apoiado por campanhas publicitárias, relações públicas e pela abertura de lojas próprias em Londres, Paris, Roma e Valência. Os eventos “Make Your Own Havaianas – Invente sua Própria Havaianas”, realizados em lojas de departamentos prestigiadas, como El Corte Inglés, Galleries Lafayette e Selfridges, continuaram a ser excelente forma de contato direto com os consumidores. Coleções especiais, como a Havaianas Missoni, foram importantes para aumentar as vendas e o prestígio da marca. A Soul Collection e as botas Havaianas lançadas no continente são categorias de produtos que têm contribuído para combater a sazonalidade das vendas nos meses de frio no Hemisfério Norte. Todas essas ações contribuíram para elevar o *brand awareness* de Havaianas, como comprovam as pesquisas anuais realizadas com esse objetivo. O resultado do levantamento realizado em setembro revelou avanço do conhecimento da marca – de 36%, em 2010, para 51%, em 2011–, nos cinco principais mercados europeus pesquisados: Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal. Nos Estados Unidos, 33% dos americanos entrevistados responderam que conhecem a marca Havaianas. Vários eventos de Havaianas, mídia impressa em renomados veículos de comunicação, mídia externa em Nova York e Los Angeles e presença nas redes sociais fortaleceram as vendas na América. O volume de pares de Havaianas exportados para os mercados não atendidos diretamente pela Alpargatas Europa e pela Alpargatas USA também teve crescimento importante. A partir do 4º trimestre, Índia, Indonésia e Paquistão foram incluídos na lista de 79 países ao quais Havaianas já é exportada.

Lucro e margem bruta:

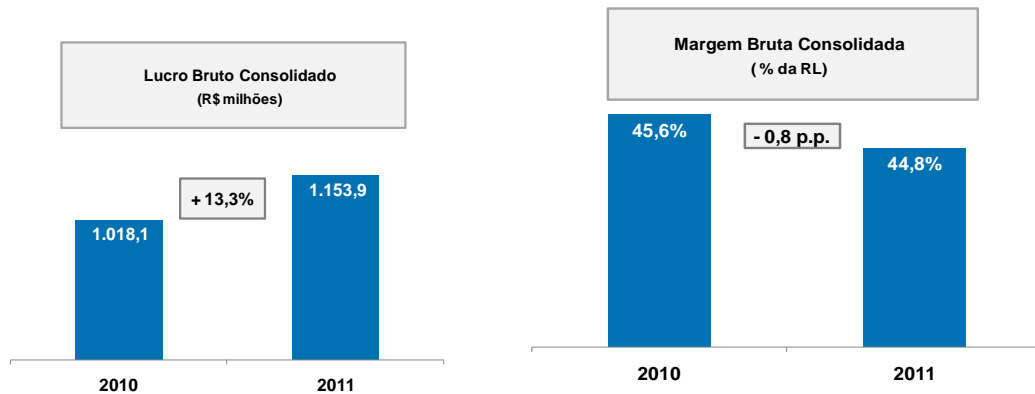
Em 2012, o lucro bruto consolidado acumulou R\$ 1,3 bilhão, valor 10,3% superior ao obtido em 2011. A margem bruta consolidada de 42,3% foi 2,5 pontos percentuais a menor que a de 2011 devido: (i) ao custo mais elevado das matérias-primas *commodities*. O custo médio da borracha em reais em 2012 foi 10,3% maior que o de 2011, (ii) aumento do custo dos produtos acabados importados (FOB + câmbio), (iii) aumento do custo de mão de obra direta; e (iv) queda da margem bruta na Argentina.



Em 2011, o lucro bruto consolidado acumulou R\$ 1,2 bilhão, valor 13,3% superior ao obtido em 2010. A margem bruta consolidada reduziu-se somente 0,8 ponto percentual, atingindo 44,8%. Além do incremento da receita, o aumento do lucro bruto consolidado de 2011 foi decorrente: (i) do foco na gestão dos custos e despesas fabris, (ii) do aumento na eficiência da mão de obra direta, (iii) da adoção de medidas que diminuíram o consumo de água e eletricidade por par de calçado produzido e (iv) da diminuição do consumo de borracha pela incorporação de resíduos na fabricação das sandálias e dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

calçados. Esses fatores foram fundamentais para compensar boa parte do aumento dos custos ocorrido durante o ano.



Em 2010, o aumento do lucro bruto consolidado é decorrente dos incrementos da receita e do forte controle de custos. O lucro bruto consolidado acumulou R\$ 1.018,1 milhões no ano, valor 22,5% superior aos R\$ 830,9 milhões obtidos em 2009. A margem bruta consolidada subiu 2,5 pontos percentuais em relação à de 2009, atingindo 45,6%. Em 2009, o ganho de rentabilidade bruta consolidada foi decorrente da redução do custo das principais matérias-primas, combinada com o incremento da produtividade fabril e com a maior lucratividade das subsidiárias. O lucro bruto consolidado acumulou R\$ 830,9 milhões em 2009, 1,2% superior ao de 2008. A margem bruta alcançou 43,1% em 2009, superando a de 2008 em 1,4 p.p.

Despesas com vendas e administrativas:

Em 2012, o percentual de despesas com vendas e administrativas foi inferior ao de 2011 em 1,5 pontos percentuais, pois apesar de maiores despesas com comunicação das marcas, aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil e na Europa e majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada na Argentina, o ganho proveniente do aumento de volume somado ao obtido por preço e mix de vendas, foi superior.

Em 2011, o percentual de despesas com vendas e administrativas foi superior ao de 2010 em 1,8 pontos percentuais. Os fatores mais relevantes que explicam esta variação foram:

- Aumento de gastos estratégicos com comunicação das marcas no Brasil e no exterior;
- Aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil, Argentina e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios,
- Gastos com a introdução de processos nas áreas de Logística, *Sourcing*, Controladoria, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, cujos trabalhos encerraram-se, em sua maioria, em 2011, e às mudanças introduzidas na área de P&D, que visam otimizar a inovação na Companhia e;
- Majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, no Brasil e na Argentina.

Em 2010, o percentual de despesas com vendas e administrativas foi inferior ao de 2009 em 2,3 pontos percentuais, pois apesar de maiores despesas com comunicação das marcas, gastos de gestão e estratégicos, o ganho proveniente do aumento de volume somado ao obtido por preço e mix de vendas, foi superior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Equivalência patrimonial:

O resultado de equivalência patrimonial refere-se integralmente ao investimento indireto de 18,7% na Tavex Algodonera S.A., empresa espanhola de capital aberto, com operações nas áreas de processamento de algodão, fiação, tecelagem, acabamento de tecidos, bem como o negócio de confecções e demais correlatos. O resultado da equivalência patrimonial em 2012 acumulou despesa de R\$ (42,9) milhões; em 2011, despesa de R\$ (5,6) milhões e em 2010, despesa de R\$ (9,2) milhões.

Em 2012, a Administração da Tavex revisou o plano financeiro da Companhia, de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados. Essa revisão indicou a necessidade de ajustar-se a conta de ativos fiscais, possíveis de serem compensados com geração futura de lucros. O ajuste ao valor recuperável do ativo fiscal, aliado a um resultado operacional negativo, resultou em uma equivalência patrimonial negativa de R\$(42,9) milhões.

Lucro operacional:

Em 2012, o lucro operacional de R\$ 291,8 milhões foi inferior ao de 2011 em 6,4%, principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas, margem bruta, despesas com vendas e administrativas, e equivalência patrimonial).

Em 2011, o lucro operacional de R\$ 311,8 milhões foi inferior ao de 2010 em 3,8% , principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas, margem bruta, despesas com vendas e administrativas, e equivalência patrimonial).

Em 2010, o lucro operacional de R\$ 324,2 milhões foi superior ao de 2009 em 110,0%, principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas, margem bruta, despesas com vendas e administrativas, e equivalência patrimonial) e também por despesa de *impairment* do ativo imobilizado da Alpargatas Argentina no valor de R\$(18,1) milhões, reconhecida em 2009.

Receitas financeiras:

Em 2012, as receitas financeiras de R\$ 61,8 milhões foram inferiores em R\$ 19,0 milhões em relação a 2011, principalmente pela redução de 27,6% do principal indexador de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

Em 2011, as receitas financeiras de R\$ 80,8 milhões foram superiores em R\$ 30,9 milhões em relação a 2010, principalmente pelo aumento de 43% no volume médio de aplicações financeiras.

Em 2010, as receitas financeiras de R\$ 49,9 milhões foram superiores em R\$ 18,7 milhões em relação a 2009, principalmente pelo aumento de 67% no volume médio de aplicações financeiras.

Despesas financeiras:

Em 2012, as despesas financeiras de R\$ 55,1 milhões foram superiores em R\$ 3,9 milhões em relação a 2011, principalmente pelo aumento nos gastos com impostos sobre movimentação bancária e captação de empréstimos na Alpargatas Argentina.

Em 2011, as despesas financeiras de R\$ 51,2 milhões foram superiores em R\$ 7,9 milhões em relação a 2010, principalmente pelo aumento de 22,0% no saldo médio dos empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2010, as despesas financeiras de R\$ 43,3 milhões foram inferiores em R\$ 10,5 milhões em relação a 2009, principalmente pela redução de 28,1% no saldo médio dos empréstimos.

Variação cambial:

Em 2012, a receita com variação cambial no valor de R\$ 1,4 milhão foi decorrente da desvalorização do real em 8,9% sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações e royalties) em moeda estrangeira.

Em 2011, a despesa com variação cambial no valor de R\$ 0,6 milhão foi decorrente da desvalorização do real em 12,5% sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações e royalties) em moeda estrangeira.

Em 2010, a receita com variação cambial no valor de R\$ 2,3 milhões foi decorrente da valorização do real em 4,3% sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações e royalties) em moeda estrangeira.

I.R. e CSLL:

Segue abaixo o demonstrativo de cálculo do I.R. e da CSLL de 2010 a 2012 e respectivas taxas efetivas

RS milhões	2012	2011	2010
Lucro líquido antes do I.R. e CSLL e minoritários	299,9	340,9	333,2
Equivalência patrimonial	42,8	5,6	9,2
SUBTOTAL (a)	342,7	346,5	342,4
Juros s/ capital próprio	(85,0)	(78,6)	(63,4)
Subvenção para investimento	(135,4)	(143,0)	(126,7)
Adição de resultado de controladas	15,1	17,3	1,0
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	7,0	1,5	(1,5)
(=) BASE DE CÁLCULO	144,4	143,7	151,8
IR e CSLL (34%)	(49,1)	(48,9)	(51,6)
Incentivo fiscal	18,2	17,1	17,1
Ajuste exercício anterior	(3,6)	-	-
Benefício fiscal de controladas	15,2	-	8,5
TOTAL DE IR/CS (b)	(19,3)	(31,8)	(26,0)
TAXA EFETIVA (b/a)	5,6%	9,2%	7,6%

Participação dos minoritários:

Em 2012, o resultado da participação dos minoritários foi de R\$ (0,6) milhão ante R\$ (1,6) milhão em 2011. A redução é explicada pelo (i) aumento de participação acionária na Alpargatas Argentina (de 91,5% para 96,4%) e (ii) menor lucro líquido obtido pela Alpargatas Argentina em 2012.

Em 2011, o resultado da participação dos minoritários foi de R\$ (1,6) milhões ante R\$ (4,1) milhões em 2010. A redução é explicada pelo (i) aumento de participação acionária na Alpargatas Argentina (de 70,7% para 91,5%) e (ii) menor lucro líquido obtido pela Alpargatas Argentina em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2010, o resultado da participação dos minoritários foi de R\$ (4,1) milhões ante R\$ 1,9 milhão em 2009. O aumento é explicado pelo lucro líquido maior obtido pela Alpargatas Argentina em 2010.

LAJIDA

	2012	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	280,0	307,4	306,3
(+) I.R. e contribuição social	19,3	31,8	26,0
(-) Resultado financeiro	(8,1)	(29,0)	(8,9)
(+) Depreciação e amortização	60,2	54,0	50,7
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciações da coligada Tavex	48,6	28,6	9,2
EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527	400,0	392,8	383,3
(+/-) Resultado operacional da coligada Tavex	(5,7)	(22,9)	-
(+) Provisões não-operacionais	15,6	19,2	17,0
(+) Outros itens não-recorrentes - investimentos estratégicos	3,8	15,4	-
EBITDA AJUSTADO	413,7	404,5	400,3

Em 2012, o LAJIDA consolidado acumulou R\$ 413,7 milhões, valor 2,3% maior que o de 2011, e a margem, de 13,8% recuou 1,9 ponto percentual. Isolando-se os R\$ 38,7 milhões referentes em sua maioria ao custo mais alto das matérias-primas *commodities* e dos produtos acabados importados, o LAJIDA acumula R\$ 452,4 milhões, representando aumento de 11,8%, e a margem, de 15,4%, fica somente 0,3 ponto percentual menor que a de 2011. Maior volume, preço mais alto das sandálias e dos calçados esportivos e *mix* de vendas mais rico contribuíram com R\$ 80,8 milhões para o aumento do LAJIDA. Além das *commodities*, houve acréscimo de R\$ 32,9 milhões nas despesas operacionais estratégicas, devido:

- Ao acréscimo nos gastos com a comunicação das marcas, no Brasil e no exterior, que proporcionou incremento da receita;
- Ao aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios; e
- À majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, de uma forma mais acentuada na Argentina.

Em 2011, o LAJIDA consolidado acumulou R\$ 404,5 milhões, valor 1% maior que o de 2010, e a margem, de 15,7%, recuou 2,3 pontos percentuais. Isolando-se os R\$ 66,5 milhões referentes em sua maioria ao custo mais alto das matérias-primas *commodities* (borracha e algodão), o EBITDA acumula R\$ 471 milhões, representando aumento de 17,7%, e a margem, de 18,2%, fica 0,3 ponto percentual maior que a de 2010. Maior volume, preço mais alto das sandálias e dos calçados esportivos e *mix* de vendas mais rico contribuíram com R\$ 145,5 milhões para o aumento do EBITDA. Além das *commodities*, houve acréscimo de R\$ 37,8 milhões nos gastos estratégicos com a comunicação das marcas, no Brasil e no exterior, o que refletiu em incremento da receita, e de R\$ 37 milhões nas despesas operacionais, devido:

- ao aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil, na Argentina e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios;
- aos gastos com a introdução de processos nas áreas de Logística, *Sourcing*, Controladoria, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, cujos trabalhos encerraram-se, em sua maioria, em 2011, e às mudanças introduzidas na área de P&D, que visam otimizar a inovação na Companhia e;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- à majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, no Brasil e na Argentina.

Em 2010, o LAJIDA consolidado de R\$ 400,3 milhões foi recorde na Alpargatas e representou crescimento de 38,3%. A margem, de 18,0%, foi três pontos percentuais maiores que a de 2009. Os fatores mais relevantes que explicam esta variação foram:

- Ganho de R\$ 110,2 no crescimento de volume de vendas;
- Ganho de R\$ R\$ 117,9 no composto preço e mix;
- Aumento de R\$ (64,9) milhões em gastos estratégicos com comunicação das marcas, reestruturação da área comercial e consultorias estratégicas e de gestão;
- Impacto negativo de R\$ (34,8) milhões decorrente da variação cambial e preço das commodities;
- Ganho de R\$ (17,6) em 2009 de itens não recorrentes em 2010.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas:

Balanco Patrimonial

(em R\$ milhões)

ATIVO							
	2012	AV	2011	AV	2010	AV	Variação 2012/2011
CIRCULANTE							
Caixa e aplicações financeiras	616,9	22,5%	671,0	27,8%	654,7	29,4%	-8,1%
Clientes	694,2	25,3%	505,9	21,0%	426,6	19,2%	37,2%
Estoques	443,9	16,2%	351,0	14,6%	295,9	13,3%	26,5%
Impostos a recuperar	54,5	2,0%	28,0	1,2%	24,7	1,1%	94,8%
Despesas antecipadas	6,6	0,2%	11,4	0,5%	5,8	0,3%	-42,4%
Outros créditos	22,9	0,8%	42,3	1,8%	50,2	2,3%	-45,8%
	1.839,0	67,1%	1.609,5	66,8%	1.457,8	65,5%	14,3%
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	28,3	1,0%	25,8	1,1%	19,0	0,9%	9,5%
I. renda e contrib. social diferidos	52,6	1,9%	57,1	2,4%	58,0	2,6%	-8,0%
Dep. compulsórios, fiscais e trab.	12,2	0,4%	14,8	0,6%	12,9	0,6%	-17,5%
Contas a receber	36,8	1,3%	23,0	1,0%	37,6	1,7%	60,3%
Investimentos	33,6	1,2%	74,5	3,1%	77,3	3,5%	-54,9%
Imobilizado	494,4	18,0%	342,0	14,2%	301,5	13,5%	44,6%
Intangível	243,9	8,9%	263,4	10,9%	262,5	11,8%	-7,4%
	901,7	32,9%	800,6	33,2%	768,9	34,5%	12,6%
TOTAL DO ATIVO	2.740,7	100,0%	2.410,1	100,0%	2.226,7	100,0%	13,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanco Patrimonial***(em R\$ milhões)*

PASSIVO							
	2012	AV	2011	AV	2010	AV	Varição 2012/2011
CIRCULANTE							
Fornecedores	359,1	13,1%	297,2	12,3%	212,8	9,6%	20,8%
Financiamentos	188,4	6,9%	180,1	7,5%	226,4	10,2%	4,6%
Obrigações renegociadas de controlada	11,7	0,4%	14,8	0,6%	13,4	0,6%	-20,8%
Salários e encargos sociais	109,5	4,0%	98,9	4,1%	88,0	4,0%	10,7%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11,4	0,4%	11,4	0,5%	8,8	0,4%	-0,5%
Impostos e contribuições a pagar	13,5	0,5%	11,3	0,5%	16,6	0,7%	19,2%
Provisão para impostos de renda e contribuição social	0,0	0,0%	4,2	0,2%	5,5	0,2%	-100,0%
Juros s/capital próprio / dividendos a pagar	1,7	0,1%	0,8	0,0%	0,5	0,0%	104,6%
Provisões e outras obrigações	60,2	2,2%	47,6	2,0%	34,8	1,6%	26,4%
	755,5	27,6%	666,3	27,6%	606,8	27,3%	13,4%
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos	110,3	4,0%	55,8	2,3%	69,6	3,1%	97,8%
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	114,1	4,2%	86,8	3,6%	90,6	4,1%	31,5%
Obrigações renegociadas de controlada	60,8	2,2%	63,5	2,6%	63,4	2,8%	-4,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0%	11,9	0,5%	11,8	0,5%	-100,0%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25,8	0,9%	26,2	1,1%	30,8	1,4%	-1,8%
Outras obrigações	13,4	0,5%	9,7	0,4%	5,6	0,3%	37,6%
	324,4	11,8%	254,0	10,5%	271,8	12,2%	27,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social realizado	562,2	20,5%	518,9	21,5%	441,2	19,8%	8,3%
Reserva de capital	167,9	6,1%	167,1	6,9%	173,8	7,8%	0,5%
Ações em tesouraria	(42,8)	-1,6%	(40,6)	-1,7%	(29,3)	-1,3%	5,5%
Reservas de lucros	989,0	36,1%	865,8	35,9%	733,8	33,0%	14,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	(45,8)	-1,7%	(33,6)	-1,4%	(33,2)	-1,5%	36,5%
Dividendo adicional proposto	25,3	0,9%	-	0,0%	24,2	1,1%	0,0%
Patrimonio Liquido atribuído aos acionistas controladores	1.655,6	60,4%	1.477,7	61,3%	1.310,5	58,9%	12,0%
Participação dos acionistas não controladores	5,3	0,2%	12,2	0,5%	37,6	1,7%	-56,7%
	1.660,9	60,6%	1.489,9	61,8%	1.348,1	60,5%	11,5%
TOTAL DO PASSIVO	2.740,7	100,0%	2.410,1	100,0%	2.226,7	100,0%	13,7%
ATIVO CIRCULANTE							

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo circulante somava R\$ 1.839,0 milhões, 14,3% superior ao mesmo período de 2011. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens com representatividade acima de 3% no ativo total da Alpargatas: caixa e aplicações financeiras, clientes e estoques. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo circulante somava R\$ 1.609,5 milhões, 10% superior ao mesmo período de 2011. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens com representatividade acima de 3% no ativo total da Alpargatas: caixa e aplicações financeiras, clientes e estoques. Em 31 de dezembro de 2010, o ativo circulante somava R\$ 1.457,8 milhões, 44% superior ao mesmo período de 2009. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens com representatividade acima de 3% no ativo total da Alpargatas: caixa e aplicações financeiras, clientes e estoques.

Caixa e aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de caixa foi de R\$ 616,9, decréscimo de R\$ 54,1 milhões em relação ao saldo de 2011. O maior ingresso de caixa nos últimos 12 meses deveu-se ao LAJIDA, que acumulou R\$ 413,7 milhões, em razão do bom desempenho operacional da Companhia no ano. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 197,5 milhões em capital de giro, para apoiar o crescimento dos negócios; (ii) R\$ 205,5 milhões em Capex, que inclui os investimentos na nova fábrica de Montes Claros; e (iii) R\$ 83,9 milhões com a remuneração dos acionistas (pagamento de JCP). No final de 2011 o saldo de caixa foi de R\$ 671,0 milhões, acréscimo de R\$ 16,3 milhões em relação ao saldo de 2010. O maior ingresso de caixa nos últimos 12 meses deveu-se ao LAJIDA, que acumulou R\$ 404,5 milhões, em razão do bom desempenho operacional da Companhia no ano. O investimento em capital de giro foi de R\$ (33,4) milhões, e em ativo permanente, de R\$ (89,7) milhões. As demais saídas de caixa relevantes foram: (i) amortização de empréstimos (líquida das captações e despesas financeiras) no montante de R\$ (108,7) milhões, (ii) pagamento de R\$ (102,2) milhões aos acionistas (juros sobre o capital próprio e dividendos) e o (iii) aumento da participação acionária na Alpargatas Argentina com desembolso de caixa no montante R\$ (48,8) milhões. No final de 2010 o saldo de caixa foi de R\$ 654,7 milhões, acréscimo de R\$ 348,1 milhões em relação ao saldo de 2009. O maior ingresso de caixa nos últimos 12 meses deveu-se ao LAJIDA, que acumulou R\$ 400,3 milhões, em razão do bom desempenho operacional da Companhia no ano. A captação de empréstimos (líquida das amortizações e despesas financeiras) acrescentou ao caixa R\$ 68,7 milhões. O investimento em capital de giro foi de R\$ (30,2) milhões, e em ativo permanente, de R\$ (49,2) milhões. O montante de R\$ (63,8) milhões pagos aos acionistas (juros sobre o capital próprio) foi o principal desembolso de caixa.

Clientes:

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$ 694,2 milhões, 37,2% superior ao mesmo período de 2011, em razão das vendas superiores nos últimos 60 dias do ano em comparação a 2011. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo era de R\$ 505,9 milhões, 19% superior ao mesmo período de 2010, em razão de vendas superiores nos últimos 60 dias do ano em comparação a 2010. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo era de R\$ 426,6 milhões, 5% superior ao mesmo período de 2009, em razão de vendas superiores nos últimos 60 dias do ano em comparação a 2009.

Estoques:

Em 31 de dezembro de 2012 os estoques somavam R\$ 443,9 milhões, montante 26,5% superior ao mesmo período de 2011, principalmente pelo (i) aumento no custo das matérias-primas, pela (ii) construção de estoque estratégico de produtos importados das marcas “Timberland” e “Mizuno” e (iii) elevação dos níveis de estoques na Argentina em virtude da demanda mais fraca em 2012, decorrente da situação econômica do país. Em 31 de dezembro de 2011 os estoques somavam R\$ 351,0 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante 19% superior ao mesmo período de 2010, principalmente pelo (i) aumento no custo das matérias-primas *commodities* (borracha e algodão), pela (ii) construção de estoque estratégico de produtos importados da marca “Timberland” e (iii) aumento (inflação) no custo dos insumos na Alpargatas Argentina. Em 31 de dezembro de 2010 os estoques somavam R\$ 295,9 milhões, montante 42% superior ao mesmo período de 2009, principalmente pela construção de estoques estratégicos em sandálias para atender à forte demanda do verão 2011 no Brasil e aos embarques para as operações próprias na Europa e nos Estados Unidos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Em 31 de dezembro de 2012 o ativo não circulante somava R\$ 901,7 milhões, valor 12,6% superior ao mesmo período de 2011. Os itens de maior representatividade (acima de 2%) no ativo total foram: Imposto de renda e contribuição social diferidos, Imobilizado e Intangível. Em 31 de dezembro de 2011 o ativo não circulante somava R\$ 833,0 milhões, valor 4% superior ao mesmo período de 2010. Os itens com maior representatividade (acima de 2%) no ativo total foram: Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Em 31 de dezembro de 2010 o ativo não circulante somava R\$ 799,7 milhões, valor 1% superior ao mesmo período de 2009. Os itens com maior representatividade (acima de 2%) no ativo total foram: Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 52,6 milhões, montante 8% inferior ao mesmo período de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo era de R\$ 57,1 milhões, montante 1,5% inferior ao mesmo período de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 58,0 milhões, montante 12,7% superior ao mesmo período de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

IRCS Diferidos	2012	2011	2010
Ativo			
<u>Controladora</u>			
Diferenças temporárias:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6,6	5,6	4,4
Provisão para perdas nos estoques	3,1	1,5	1,9
Provisão para contingências	7,7	8,1	7,0
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26,6	20,9	15,8
Baixa do ativo diferido	0,1	0,6	1,3
Provisão para reconhecimento de receita	2,2	3,7	5,5
Outras diferenças temporárias	3,6	6,5	3,8
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	3,2
	<u>49,9</u>	<u>46,9</u>	<u>43,0</u>
<u>Controladas</u>			
Alpargatas S.A.I.C - Argentina			
Provisão para "Fidecomiso"	6,9	7,3	13,5
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	20,6	12,1	7,8
Outras diferenças temporárias	9,5	7,3	6,3
	<u>36,9</u>	<u>26,7</u>	<u>27,6</u>
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha			
Prejuízos fiscais	10,7	9,7	8,3
Alpargatas Chile	-	-	2,0
Companhia Brasileira de Sandálias - CBS			
Diferenças temporárias	1,3	1,8	2,0
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	1,4	3,4	7,2
	<u>2,7</u>	<u>5,2</u>	<u>9,2</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	2,8	1,0	0,8
(-) Provisão para risco de realização (Alpargatas Chile)	-	-	(2,0)
Total consolidado	<u>103,0</u>	<u>89,5</u>	<u>88,8</u>
Passivo			
<u>Controladora</u>			
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	7,3	5,7	3,3
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	7,2	-	-
Provisão CSLL - 25% sobre a depreciação	2,5	-	-
	<u>17,0</u>	<u>5,7</u>	<u>3,3</u>
<u>Controladas</u>			
Alpargatas S.A.I.C - Argentina			
Ajuste ao valor presente s/acordo de reestruturação de dívidas e valorização do ativo imobilizado	33,2	38,6	39,4
Alpargatas USA Inc.	0,2	-	-
Total consolidado	<u>50,5</u>	<u>44,3</u>	<u>42,7</u>
Total líquido - consolidado	52,6	45,2	46,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Investimentos:**

O saldo refere-se principalmente à participação indireta de 18,687% na coligada Tavex Corporation.

Investimentos	2012	2011	2010
Investimento - Tavex			
<i>Saldo inicial</i>	74,5	77,1	91,3
Resultado da equivalência patrimonial	(42,9)	(5,7)	(9,2)
Variação cambial dos investimentos	2,0	2,9	(5,0)
<i>Saldo final - Tavex</i>	33,6	74,3	77,1
Outros investimentos	-	0,2	0,2
Investimento total	33,6	74,5	77,3

Imobilizado e intangível - movimentação:

Imobilizado	Saldo em						Variação	Saldo em
	2011	Adições	Depreciações	Baixas	Impairment	Transferências	cambial	2012
Terrenos	15,4	-	-	(0,7)	-	-	(0,2)	14,5
Edifícios e construções	130,9	2,4	(7,6)	(0,9)	-	6,7	(2,3)	129,3
Máquinas e equipamentos	123,5	0,8	(19,5)	(1,6)	-	32,6	(1,3)	134,5
Móveis e utensílios	18,2	1,5	(5,1)	(0,3)	-	7,7	(0,1)	21,9
Veículos	1,3	-	(0,2)	(0,0)	-	0,3	(0,0)	1,4
Benfeitoria em imóveis de terceiros	7,4	0,0	(3,9)	(0,9)	-	12,9	0,7	16,3
Projetos em andamento	56,0	197,2	-	-	-	(62,1)	(2,8)	188,4
Outros imobilizados	5,0	0,6	-	(0,6)	-	-	(0,7)	4,4
Terrenos - Subv. Governamental	(0,8)	-	-	-	-	-	-	(0,8)
Provisão para perdas ("impairment")	(15,0)	-	-	-	(1,0)	-	0,6	(15,4)
Total	342,0	202,6	(36,3)	(5,0)	(1,0)	(1,9)	(6,1)	494,4

Imobilizado	Saldo em	Adições	(-) Depr. e	(-) Baixas	Transf.	Var.	Saldo em
	2010		Amortiz.			Cambial	2011
Terrenos	14,3	-	-	-	0,8	0,2	15,4
Edifícios e construções	124,2	3,0	(7,1)	(0,9)	9,1	2,8	130,9
Máquinas e equipamentos	125,0	4,9	(19,8)	(1,0)	13,5	0,9	123,5
Móveis e utensílios	14,9	4,6	(3,8)	(0,2)	2,6	0,1	18,2
Veículos	1,3	0,2	(0,2)	(0,1)	0,1	0,0	1,3
Benfeitoria imóveis de terceiros	8,5	2,4	(2,9)	(0,3)	0,2	(0,4)	7,4
Projetos em andamento	21,0	59,4	-	-	(24,7)	0,3	56,0
Outros imobilizados	6,9	-	-	-	(1,6)	(0,3)	5,0
Provisão para perdas	(0,6)	-	-	-	(0,0)	-	(0,6)
Terrenos - Subv. Governamental	-	-	-	-	(0,8)	-	(0,8)
Provisão Impairment	(13,9)	-	-	-	-	(0,6)	(14,5)
Total	301,5	74,5	(33,9)	(2,5)	(0,8)	3,1	342,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Saldo em 2009	Adições	(-) Depr. e Amortiz.	(-) Baixas	Transf.	Var. Cambial	Saldo em 2010
Imobilizado							
Terrenos	13,7	-	-	-	1,1	(0,4)	14,3
Edifícios e construções	130,0	1,9	(6,3)	(0,0)	3,9	(5,3)	124,2
Máquinas e equipamentos	132,3	5,4	(20,6)	(3,6)	16,1	(4,7)	125,0
Móveis e utensílios	13,9	3,1	(3,7)	(0,2)	2,1	(0,4)	14,9
Veículos	1,0	0,1	(0,2)	(0,1)	0,4	0,0	1,3
Benfeitoria imóveis de terceiros	9,7	1,1	(3,2)	(0,7)	1,2	0,4	8,5
Projetos em andamento	36,8	20,6	-	(0,9)	(33,5)	(1,9)	21,0
Outros imobilizados	7,2	1,1	-	(0,1)	(0,3)	(1,0)	6,9
Provisão para perdas	(1,4)	-	-	0,8	-	-	(0,6)
Provisão Impairment	(15,2)	-	-	-	-	1,3	(13,9)
Total	328,1	33,3	(34,0)	(4,7)	(9,1)	(12,1)	301,5

	Saldo em 2011	Adições	Amortizações	Baixas	Impairment	Transferências	Variação cambial	Saldo em 2012
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	9,0	-	(1,4)	-	-	-	0,7	8,3
Sistemas de gestão empresarial	76,7	0,6	(15,5)	(1,7)	-	4,4	0,3	64,8
Carteira de clientes	17,2	-	(6,7)	(0,1)	-	-	0,4	10,8
Projetos em andamento	4,7	0,6	-	-	-	(2,8)	-	2,5
Sem vida útil definida:								
Ágio na aquisição de controladas	150,1	-	-	-	-	-	-	150,1
Cessão de direitos comerciais	5,6	1,7	(0,4)	-	-	0,3	0,1	7,3
Total	263,4	2,9	(23,9)	(1,9)	-	1,9	1,5	243,9

	Saldo em 2010	Adições	(-) Amortiz.	(-) Baixas	Transf.	Var. Cambial	Saldo em 2011
Intangível							
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	9,5	-	-	-	-	(0,5)	9,0
Sistema de gestão empresarial	64,7	2,4	(14,5)	(0,2)	23,3	1,1	76,7
Carteira de Clientes	17,9	5,0	(5,6)	-	-	-	17,2
Projetos em andamento	16,1	12,6	-	-	(24,0)	-	4,7
Sem vida útil definida							
Ágio em controladas	150,1	-	-	-	-	-	150,1
Cessão de direitos comerciais	4,1	-	-	(0,1)	1,6	-	5,6
Total	262,5	20,0	(20,2)	(0,3)	0,8	0,6	263,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>Intangível</u>	Saldo em 2009	Adições	(-) Amortiz.	(-) Baixas	Transf.	Var. Cambial	Saldo em 2010
<u>Com vida útil definida:</u>							
Marcas, direitos e patentes	12,2	-	(1,4)	-	(0,3)	(1,0)	9,5
Sistema de gestão empresarial	70,6	-	(10,0)	(3,6)	7,7	-	64,7
Carteira de Clientes	19,0	-	(5,4)	(0,2)	4,4	-	17,9
Projetos em andamento	3,2	15,8	-	-	(2,9)	-	16,1
<u>Sem vida útil definida</u>							
Ágio em controladas	150,1	-	-	-	-	-	150,1
Cessão de direitos comerciais	4,0	-	-	(0,1)	0,1	-	4,1
Total	259,2	15,8	(16,8)	(3,8)	9,1	(1,0)	262,5

PASSIVO CIRCULANTE:

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante somava R\$ 755,5 milhões, valor 13,4% superior ao mesmo período de 2011. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens: Fornecedores, Financiamentos e Salários e encargos sociais. Em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante somava R\$ 666,3 milhões, valor 10% superior ao mesmo período de 2010. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens: Fornecedores, Financiamentos e Salários e encargos sociais. Em 31 de dezembro de 2010, o passivo circulante somava R\$ 606,8 milhões, valor 55% superior ao mesmo período de 2009. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens: Fornecedores, Financiamentos e Salários e encargos sociais.

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 359,1 milhões, montante 20,8% superior ao mesmo período de 2011, em função do alongamento de 5 dias no prazo de pagamento aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo era de R\$ 297,2 milhões, montante 40% superior ao mesmo período de 2010, em função do alongamento de 23 dias no prazo de pagamento aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 212,8 milhões, montante 84% superior ao mesmo período de 2009, em função do aumento de 15 dias no prazo médio de pagamento de fornecedores, que financiaram a construção dos estoques estratégicos em sandálias.

Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento financeiro consolidado totalizava R\$ 298,8 milhões, sendo R\$ 134,2 milhões denominados em reais e R\$ 164,5 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 188,4 milhões (63% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 69,6 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira equivale a R\$ 118,8 milhões e financia importações e o capital de giro das subsidiárias no exterior, podendo ser renovada em seu vencimento.
- R\$ 110,3 milhões (R\$ 37% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 64,6 milhões em moeda nacional (cerca de 50% desse valor refere-se a linha de financiamento para exportação – EXIM – com taxas competitivas) e R\$ 45,7 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte cronograma de amortização:
- 2014: R\$ 86,9 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 2015: R\$ 19,5 milhões;
- 2016: R\$ 2,4 milhões; e
- 2017 a 2019: R\$ 1,5 milhão

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento financeiro consolidado totalizava R\$ 235,9 milhões, sendo R\$ 117,3 milhões denominados em reais e R\$ 118,6 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 180,1 milhões (76% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 63,4 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira equivale a R\$ 116,7 milhões e financia importações e o capital de giro das subsidiárias no exterior, podendo ser renovada em seu vencimento.
- R\$ 55,8 milhões (24% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 53,9 milhões em moeda nacional e R\$ 1,9 milhão em moeda estrangeira, com o seguinte cronograma de amortização:
- 2013: R\$ 21,3 milhões;
- 2014: R\$ 15,3 milhões;
- 2015: R\$ 15,3 milhões;
- 2016: R\$ 2,4 milhões; e
- 2017 a 2019: R\$ 1,5 milhão.

Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento financeiro consolidado totalizava R\$ 296,0 milhões, sendo R\$ 220,7 milhões em reais e R\$ 75,3 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 226,4 milhões (76,5% do total) com vencimento no curto prazo, sendo 67,0% em moeda nacional. O valor mais representativo (R\$ 110,9 milhões) refere-se à linha de financiamento do BNDES-EXIM Pré-Embarque. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira (33,0% do total) financia o capital de giro das subsidiárias no exterior.
- R\$ 69,6 milhões (23,5% do total) com vencimento em longo prazo, sendo 100,0% em moeda nacional, com o seguinte cronograma de amortização:
- 2012: R\$ 19,9 milhões;
- 2013: R\$ 18,5 milhões;
- 2014: R\$ 14,5 milhões;
- 2015: R\$ 14,5 milhões;
- 2016 a 2019: R\$ 2,2 milhões.

Financiamentos - movimentação	2012	2011	2010
<i>Saldo inicial</i>	235,9	296,0	196,2
Captação de empréstimos	367,2	264,5	287,2
Amortização do principal	(312,5)	(336,8)	(184,9)
Amortização de Juros	(19,0)	(19,6)	(15,3)
Provisão de Juros	18,9	16,9	12,3
Variação cambial	8,2	14,8	0,5
<i>Saldo final</i>	298,7	235,9	296,0
Passivo circulante	188,4	180,1	226,4
Passivo não-circulante	110,3	55,8	69,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Salários e encargos sociais:

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 109,5 milhões, montante 10,7% superior ao mesmo período de 2011, em função do (i) aumento de 4,6% no *headcount* em relação em mesmo período do ano anterior e (ii) aumento na provisão de férias em decorrência de maior concentração no período. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo era de R\$ 98,9 milhões, montante 12% superior ao mesmo período de 2010, em função do (i) aumento de 3% no *headcount* em relação ao mesmo período do ano anterior e (ii) aumento na provisão de férias em decorrência de maior concentração no período. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 88,0 milhões, montante 29% superior ao mesmo período de 2009, em função do (i) aumento de 10% no *headcount* em relação ao mesmo período do ano anterior e (ii) maior provisão para o programa de participação nos resultados pelo alcance de melhores resultados.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo não circulante somava R\$ 324,4 milhões, valor 27,7% superior ao mesmo período de 2011. As variações mais significativas ocorreram em Financiamentos e Tributos com exigibilidade suspensa. Em 31 de dezembro de 2011, o passivo não circulante somava R\$ 286,4 milhões, valor 5% inferior ao mesmo período de 2010. As variações mais significativas ocorreram em Financiamentos e Tributos com exigibilidade suspensa, Obrigações renegociadas de controladas e Imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2010, o passivo não circulante somava R\$ 302,6 milhões, valor 4% inferior ao mesmo período de 2009. As variações mais significativas ocorreram em Financiamentos e Tributos com exigibilidade suspensa e Obrigações renegociadas de controladas.

Financiamentos

Vide comentários no passivo circulante.

Tributos com exigibilidade suspensa:

Tributos com exigibilidade suspensa	2012	2011	2010
COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	100,4	73,4	47,9
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal	-	-	28,6
IRPJ - Exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	10,5	6,9	3,8
Provisão IRPJ (outras contingências)	-	2,8	2,8
PIS / COFINS - Zona Franca de Manaus e outros	3,2	3,6	3,3
Parcelamento de impostos - CBS	-	-	1,7
Parcelamento de impostos - Alpargatas Argentina	-	0,1	2,5
Total	114,1	86,8	90,6

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 114,1 milhões, montante 31,5% superior ao mesmo período de 2011, principalmente pelo (i) acréscimo de R\$ 27,0 milhões na provisão para COFINS sobre a base de cálculo do ICMS, pois a Companhia valeu-se de efeito suspensivo, obtido em medida judicial, para não recolhimento. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo era de R\$ 86,8 milhões, montante 4% inferior ao mesmo período de 2010, principalmente pelo (i) acréscimo de R\$ 25,5 milhões na provisão para COFINS sobre a base de cálculo do ICMS, pois a Companhia valeu-se de efeito suspensivo, obtido em medida judicial, para não recolhimento e (ii) redução de R\$ (28,6) milhões na provisão de IRPJ e CSLL – prejuízo fiscal, pois a Companhia aderiu em 2009 o parcelamento federal (REFIS) e em setembro de 2011, optou pela quitação do mesmo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

Vide comentários no ativo não circulante.

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2012, o total do patrimônio líquido somava R\$ 1.660,9 milhões, montante 11,5% superior ao mesmo período de 2011. Os principais itens de mutação foram:

	<u>Acionistas</u> <u>controladores</u>	<u>Acionistas</u> <u>minoritários</u>	<u>Total</u>
Saldo em dez-2011	1.477,7	12,2	1.489,9
Lucro do exercício de 2012	280,0	0,6	280,5
Variação cambial de conversão das Dem.Financeiras das empresas no exterior	(10,9)	(0,1)	(10,9)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(85,0)	-	(85,0)
Compra de participação dos minoritários	-	(7,4)	(7,4)
Ágio gerado na compra de participação dos minoritários	(5,4)	-	(5,4)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	(2,6)	-	(2,6)
Outras movimentações	1,7	-	1,7
Saldo em dez-2012	1.655,6	5,3	1.660,9

Em 31 de dezembro de 2011, o total do patrimônio líquido somava R\$ 1.489,9 milhões, montante 11% superior ao mesmo período de 2010. Os principais itens de mutação foram:

	<u>Acionistas</u> <u>controladores</u>	<u>Acionistas</u> <u>minoritários</u>	<u>Total</u>
Saldo em dez-2010	1.310,5	37,6	1.348,1
Lucro do exercício de 2011	307,4	1,6	309,1
Variação cambial de conversão das Dem.Financeiras das empresas no exterior	2,5	(1,6)	1,0
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(102,8)	-	(102,8)
Compra de participação dos minoritários	-	(25,5)	(25,5)
Ágio gerado na compra de participação dos minoritários	(23,3)	-	(23,3)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	(18,5)	-	(18,5)
Outras movimentações	1,8	-	1,8
Saldo em dez-2011	1.477,7	12,2	1.489,9

Em 31 de dezembro de 2010, o total do patrimônio líquido somava R\$ 1.348,1 milhões, montante 19% superior ao mesmo período de 2009. Os principais itens de mutação foram:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>Acionistas</u> <u>controladores</u>	<u>Acionistas</u> <u>minoritários</u>	<u>Total</u>
Saldo em dez-2009	1.079,7	50,3	1.130,0
Lucro do exercício de 2010	306,3	4,1	310,4
Variação cambial de conversão das Dem.Financeiras das empresas no exterior	(12,4)	(3,4)	(15,8)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	(63,4)	-	(63,4)
Compra de participação dos minoritários	-	(13,4)	(13,4)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	(2,5)		(2,5)
Outras movimentações	2,8	-	2,8
Saldo em dez-2010	1.310,5	37,6	1.348,1

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2****A Administração deve comentar:****(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Alpargatas é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina, além das exportações. A Alpargatas goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2012 foi de R\$ 140,0 milhões. Em 2011, a subvenção foi de R\$ 143,0 milhões e em 2010, R\$ 126,6 milhões.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que contribuíram para o aumento dos resultados operacionais foram: (i) maior volume, (ii) preço mais alto das sandálias e dos calçados esportivos, e (iii) mix de vendas mais rico. Além do custo mais alto das matérias-primas *commodities*, houve acréscimo nas despesas operacionais estratégicas, devido:

- ao acréscimo nos gastos estratégicos com a comunicação das marcas, no Brasil e no exterior, que proporcionou incremento da receita;
- ao aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios;
- à majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, de uma forma mais acentuada na Argentina.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 2012, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 16,8% em relação ao ano de 2011, devido ao:

- Volume de vendas superior em 6,3% (vide detalhes no item 10.1(h) - Receita Líquida de Venda);
- Aumento de preços e mix de vendas mais rico em 7,8% (percentual já inclui inflação) e;
- Impacto cambial positivo de 2,7%, em razão da desvalorização do real em relação ao dólar, ao euro e ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 2011, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 15,4% em relação ao ano de 2010, devido ao:

- Volume de vendas superior em 2,3% (vide detalhes no item 10.1(h) - Receita Líquida de Venda);
- Aumento de preços e mix de vendas mais rico em 15,9% (percentual já inclui inflação) e;
- Impacto cambial negativo de 2,8%, em razão da apreciação do real em relação ao dólar, ao euro e ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2010, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 15,8% em relação ao ano de 2009, devido ao:

- Volume de vendas superior em 11,5% (vide detalhes no item 10.1(h) - Receita Líquida de Venda);
- Aumento de preços e mix de vendas mais rico em 9,8% (percentual já inclui inflação) e;
- Impacto cambial negativo de 5,5%, em razão da apreciação do real em relação ao dólar, ao euro e ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A inflação tem impacto nos negócios da Alpargatas, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais. O câmbio e commodities também tem parcela significativa no comportamento dos preços, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias e o algodão, utilizado na divisão têxtil da Argentina.

Em 2012, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo no resultado do Lajida no montante de R\$ (38,7) milhões, gerado pelo (i) efeito negativo nas importações de produtos acabados, (ii) efeito negativo nas aquisições de insumos, principalmente a borracha sintética, e (iii) efeito positivo na conversão dos resultados das operações internacionais. Em 2011, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo no resultado do Lajida no montante de R\$ (66,5) milhões, gerado pelo (i) efeito positivo nas importações de produtos acabados, (ii) efeito negativo nas aquisições de insumos, principalmente a borracha sintética e algodão, e (iii) efeito negativo na conversão dos resultados das operações internacionais.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

R\$ mil	2012	2011	2010
Ativo			
Contas a receber de clientes (i)	123.452	93.393	78.412
	123.452	93.393	78.412
Passivo			
Empréstimos e financiamentos (ii)	164.571	118.627	75.208
Fornecedores	160.859	102.570	68.446
Royalties a pagar	17.735	13.448	5.945
	343.165	234.645	149.599
Exposição líquida	(219.714)	(141.252)	(71.187)
(-) Controladas no exterior	157.455	122.460	72.365
Total da exposição sem controladas no exterior	(62.259)	(18.792)	1.178

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (i) No consolidado em 31 de dezembro de 2012, 74,6% (77,4% em 31 de dezembro de 2011) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 25,4% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.
- (ii) No consolidado em 31 de dezembro de 2012, 100,0% (95,9% em 31 de dezembro de 2011) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina).

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3**

A Administração deve comentar sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas (“Contrato”) para alienação, direta de 100% das cotas representativas do capital social da controlada Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e indireta de 100% das cotas representativas do capital social da Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Manaus - AM.

A alienação desta então unidade geradora de caixa, denominada segmento de Têxteis Industriais, foi inserida no contexto de concentração das atividades da Companhia nos segmentos de calçados, artigos esportivos e varejo, a fim de maximizar a performance da Companhia em tais segmentos. Os ativos líquidos desta unidade em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 39,4 milhões. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010.

A referida operação gerou um ganho de capital no montante de R\$2.005 mil, sendo R\$505 mil registrados pela venda do investimento e R\$1.500 mil registrados em setembro de 2010, devido a ajuste de preço conforme cláusula contratual.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participações societária

- **Alpargatas Argentina**

Em 12 de março de 2010, ocorreu o encerramento da oferta pública para aquisição de ações da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. A Companhia adquiriu a quantidade de 7.265.327 ações, pelo valor de AR\$3,40 (três pesos e quarenta centavos) por ação. Essas ações, somadas às 42.047.157 ações de sua titularidade, conferem o total de 49.312.481 ações que representam 70,32% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$12.916 e R\$1.624, respectivamente. Adicionalmente em junho de 2010 a Companhia adquiriu 257.290 ações, pelo valor de AR\$3,33 (três pesos e trinta e três centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.312.481 ações de sua titularidade perfazem o total de 49.569.771 ações que representam 70,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$476 e R\$68, respectivamente. Em 07 de abril de 2011 a Alpargatas adquiriu 11.483.857 ações de sua controlada Alpargatas S.A.I.C. pelo valor de US\$ 2,15 por ação.

Com a conclusão desta aquisição, a Alpargatas passa a deter 86,70% do capital total da ASAIC. Em 07 de julho de 2011, a Alpargatas adquiriu 3.073.205 ações de sua controlada Alpargatas S.A.I.C. pelo valor de US\$ 1,98 por ação. Com a conclusão desta aquisição, a Alpargatas passou a deter 91,4502% do capital social total da Alpargatas S.A.I.C. Em 11 de outubro de 2011 a Alpargatas protocolou junto à *Comisión Nacional de Valores – CNV* novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações da Alpargatas S.A.I.C., aprovado pelo órgão em 16 de março de 2012. Em 15 de maio de 2012 a Alpargatas adquiriu 2.961.098 ações de sua controlada Alpargatas S.A.I.C. pelo valor de AR\$ 8,14 por ação. Com a conclusão desta aquisição, a Alpargatas passa a deter 95,67 % do capital total da ASAIC.

Em 10 de abril de 2013, após a aprovação da Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, a Alpargatas adquiriu o restante das ações em circulação da ASAIC, passando a deter 100% do capital desta subsidiária, fechando seu capital.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- Terras de Aventura Indústria de Art. Esportivos S.A.

Em 04 de março de 2013, a Alpargatas adquiriu 30% do número total de ações da Terras de Aventura Indústria de Art. Esportivos S.A., titular da marca Osklen, dentre outras, cuja atividade principal é a indústria e comércio de artigos esportivos e artigos de vestuário.

(c) eventos ou operações não usuais

Exceto pelos eventos e operações já comentados anteriormente não ocorreram outros não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4****A Administração deve comentar:****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis****Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia classificava como equivalentes de caixa os investimentos temporários com carência de até 90 dias contados a partir da data do balanço, ao invés de contar a carência e vencimento a partir da data da aplicação para definir a sua classificação inicial; se aplicações financeiras ou equivalentes de caixa. Adicionalmente, para determinados investimentos temporários classificados como equivalentes de caixa não havia garantia formal do emissor de conversibilidade imediata sem perda relevante de rendimentos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Para atender ao CPC 32 / IAS 12 parágrafo 74, a Companhia reclassificou os saldos de 2011 dos impostos de renda e contribuição social diferidos para apresentá-los líquidos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**Correção de erros****Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Para adequar os saldos às normas contábeis vigentes, a Companhia procedeu às seguintes reclassificações :

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Em 31 de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes de caixa	163.131	(288.257)	451.388	222.210	(288.257)	510.467
Aplicações financeiras	448.744	288.257	160.487	448.744	288.257	160.487
Em 1º de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes de caixa	454.095	(40.867)	494.962	482.489	(40.867)	523.356
Aplicações financeiras	172.176	40.867	131.309	172.176	40.867	131.309

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Em decorrência das reclassificações de equivalentes de caixa para aplicações financeiras citadas anteriormente, as seguintes reapresentações estão sendo efetuadas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Atividades operacionais	284.077	(20.325)	304.402	312.401	(20.235)	332.726
Atividades de investimento	(351.497)	(227.065)	(124.432)	(314.458)	(227.065)	(87.393)
Redução de caixa de equivalentes de caixa	(290.964)	(247.390)	(43.574)	(260.279)	(247.390)	(12.889)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Para adequar os saldos a Companhia procedeu as seguintes reclassificações:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Em 31 de dezembro de 2011						
Imposto de renda diferido ativo	41.148	(5.690)	46.838	57.125	(32.426)	89.551
Imposto de renda diferido passivo	-	5.690	(5.690)	(11.881)	32.426	(44.307)
Em 1º de dezembro de 2011						
Imposto de renda diferido ativo	39.744	(3.261)	43.005	58.003	(30.794)	88.797
Imposto de renda diferido passivo	-	3.261	(3.261)	(11.831)	30.794	(42.625)

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não contêm ressalvas ou ênfases sobre as demonstrações financeiras de 2010 a 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5

A Administração deve indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que não existem condições nem compromissos adicionais a serem previamente atendidos para o reconhecimento do incentivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento superior a 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**g) Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item “f)”, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível**Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada na ocasião. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
 - Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
 - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.
- (i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.
- (ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - “Ajuste de avaliação patrimonial”. No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8).

(4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

Quando aplicável, as operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de “hedge”. Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados ao resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica “Opções outorgadas reconhecidas”, que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**r) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 36.

u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**v) Informações por segmento**

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.

w) Prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais - Investimentos

Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

x) Investimentos em coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Grupo. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

y) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias e dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.d).

e) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas dos balanços.

f) Planos de pensão e de assistência médica

O valor atual dos planos de pensão e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$150.130. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6**

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a Administração deve comentar

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são robustos para assegurar a qualidade, precisão e a confiabilidade. A Alpargatas implantou em 2007 o sistema integrado de gestão visando dar maior agilidade e integração aos processos. A Alpargatas possui também departamento de Auditoria Interna visando assegurar os padrões de qualidade dos controles.

(b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório contendo pontos de recomendação sobre controles internos emitido por nossos auditores independentes, com relação à auditoria das demonstrações financeiras, não apontou deficiências significativas sobre os procedimentos e controles que a Alpargatas utilizou na elaboração dessas demonstrações.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7**

Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, a Administração deve comentar (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados, (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8**

A Administração deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando: (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9**

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, a Administração deve comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.

(b) natureza e o propósito da operação

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.